



NARRATIVAS DE MEMÓRIAS E A PESQUISA EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

Regiane Cristina Custódio – UNEMAT/UFRGS¹

Resumo: O objetivo deste artigo será refletir acerca do emprego de narrativas de memórias como instrumento, por excelência, para a construção de uma trama na pesquisa em história da educação. O presente tem interrogado a história com novos problemas, novos objetos e novas abordagens, há uma força que impele para a reformulação das questões de pesquisa modificando e adequando os métodos às necessidades explicativas mais urgentes. Assim, este estudo será organizado seguindo três aspectos: 1) a relação entre memória e história; 2) o trabalho com entrevistas gravadas; 3) as narrativas de memórias. Separados, esses temas se encontram, apenas por uma questão de didatização da escrita.

Palavras-chave: Memórias, Narrativas, Entrevistas gravadas.

Mary Del Priore (2004) sugere que o ofício de historiador se estabelece no contato com o documento, sejam eles escritos, testemunhos orais, imagens fixas ou animadas. Para a autora, um historiador deve ir além dos escritos existentes sobre o seu tema de estudo, garimpando nos documentos as respostas para as questões que movem suas pesquisas. Assim, a ideia de escrever este artigo surgiu a partir da realização de leituras em torno dos seguintes temas: “narrativas de memórias”; “a relação entre memória e história” e “o trabalho com entrevistas gravadas”. Tendo em vista que o foco de minha tese de doutorado é analisar narrativas de memórias de professores de ensino fundamental, tenho investido energia em estudar as narrativas, constituídas como *corpus* documental, por excelência, em análises para a pesquisa em história da educação.

Considerando que o presente tem interrogado a história com novos problemas, novos objetos e novas abordagens, há uma força que impele para a reformulação das questões de pesquisa modificando e adequando os métodos às necessidades explicativas mais urgentes. Assim, este texto será organizado, seguindo os três aspectos já mencionados: 1) a relação entre memória e história; 2) o trabalho com entrevistas gravadas; 3) as narrativas de

¹ Doutoranda em Educação no PPGEDU/FACED/UFRGS, sob a orientação da Professora Doutora Maria Stephanou. Professora do departamento de Letras da Universidade do Estado de Mato Grosso/UNEMAT/Tangará da Serra. Membro do Grupo de Pesquisa: *Migração, Política e Sociedade*.

memórias. Separados, esses temas se encontram apenas por uma questão de didatização da escrita.

Levando em conta a afirmação de Paul Veyne (1998, p. 44), de que o objeto de estudo não é a totalidade dos fenômenos observáveis, mas apenas alguns aspectos escolhidos conforme a questão que levantamos, o objetivo deste artigo será refletir acerca do emprego de narrativas de memórias como instrumento, por excelência, para a construção de uma trama na pesquisa em história da educação. A palavra *trama* aqui é entendida sob a perspectiva de Veyne (1998, p. 45), de que os “[...] historiadores narram tramas, que são tantas, quantos forem os itinerários traçados por eles”. A trama se constitui como uma narrativa e, nesse aspecto, todos os itinerários escolhidos são válidos, pois o historiador, ao escolher o itinerário para descrever o campo factual, deve fazer compreender a trama. Segundo o autor, o que um historiador escreverá, é uma escolha daquilo que as testemunhas viram. Ou seja, o historiador separa, recorta, toma uma visão parcial “por um ponto de vista sobre uma totalidade” (VEYNE, 1998, p. 47).

Assim, retomando o que foi anunciado anteriormente, o foco de minha tese de doutorado é analisar narrativas de memórias de professores de ensino fundamental de Tangará da Serra, um município localizado a sudoeste de Mato Grosso, cerca de 240 km da capital Cuiabá e com 35 anos de emancipação político-administrativa. Não realizei as entrevistas diretamente, trabalho no interior de um acervo já constituído.² As narrativas se constituem, então, *corpus* documental, por excelência, na pesquisa que empreendo. Ao longo dos trabalhos no acervo, ouvindo atentamente as entrevistas, surgiu a indagação: as narrativas, por si só, podem ser concebidas como a memória da educação do lugar? Diante desta questão algumas questões teóricas se impõem: 1) a relação entre história e memória; 2) o trabalho com entrevistas gravadas; 3) as narrativas de memórias.

1. A relação entre memória e história

² Trata-se do acervo de narrativas orais da Instituição Tangaraense de Ensino e Cultura S/C Ltda/ITEC, de Tangará da Serra, uma instituição particular de ensino superior, que, há 21 anos, oferece o curso de Pedagogia. O acervo de narrativas orais de professores e professoras da ITEC nasceu em 2007, três décadas após a constituição do município, a partir de um projeto que recebeu o nome de: *Memórias de professores*. A constituição do acervo partiu do professor da Disciplina: *História da Educação*, Dr. Carlos Edinei de Oliveira, que, tendo como objetivo, fazer com que os alunos do Curso de Pedagogia da referida instituição entrassem em contato com a experiência de gravar entrevistas a partir de um projeto ligado à metodologia de história oral, deu vida à primeira edição do projeto. A partir de 2007, então, tem havido uma ampliação do acervo de memórias orais de professores/as.

Na concepção de Michel de Certeau (2002), o termo *história* sugere uma peculiar aproximação entre uma operação científica e a realidade por ela analisada. Certeau propõe que se considere a história como uma operação e aponta:

Encarar a história como uma operação será tentar, de maneira necessariamente limitada, compreendê-la como a relação entre um *lugar* (um recrutamento, um meio, uma profissão, etc.), *procedimentos* de análise (uma disciplina) e a construção de um texto (uma literatura). (CERTEAU, 2002, p. 32)

Nesta escrita, a história se configura como sendo um campo de produção de conhecimentos, como demonstram Maria Stephanou e Maria Helena Camara Bastos (2002), a história se alimenta de teorias explicativas e de fontes que se constituem indícios, vestígios e pistas que nos ajudam a compreender as ações humanas no tempo e no espaço. Para as autoras, a história se estabelece como,

um trabalho de pensamento que supõe o estranhamento da análise, da produção de argumentos que possam validar, no presente, determinadas leituras da realidade passada, uma vez que o conhecimento histórico é uma operação intelectual que se esforça por produzir determinadas inteligibilidades do passado e não sua cópia. (STEPHANOU, BASTOS, 2009, p. 417)

As autoras conferem diferença entre memória e história. Segundo elas: “A memória difere da História como campo de produção de conhecimento [...] pode ser histórica, mas não é história por si. É vestígio” (p. 420).

A *memória*, tanto quanto a História, envolve ampla discussão, traz em torno de si concepções antagônicas. Platão a considerava como um bloco de cera onde as impressões ficariam gravadas, para, quando fosse necessário retomar essas impressões, bastaria evocá-las.

A memória já foi considerada como um fato puramente biológico, “[...] um modo de funcionamento das células do cérebro que registram e gravam percepções e ideias, gestos e palavras” (CHAUÍ, 2002, p. 128). Nesse caso, a memória estaria reduzida à gravação automática pelo cérebro: de fatos, acontecimentos, pessoas e relatos. A memória, no entanto, não é apenas mero “registro”, talvez seja mais adequado pensar nela como uma influência do mundo sobre os indivíduos, conforme afirmou Jonathan Foster (2011, p. 19). Sendo dessa maneira, que influência o mundo exerceu sobre as professoras e professores entrevistados, cujas narrativas compõem o acervo da ITEC? Que vestígios da história da educação de Tangará da Serra podem estar presentes nas narrativas de memórias dos/as entrevistados/as, de modo a nos auxiliar na compreensão das ações humanas no tempo e no espaço?

Marilena Chauí (2002) considera limitada a ideia de pensar a memória apenas como “registro”, levando em conta que o fenômeno da lembrança ainda é algo que não se explica claramente, bem como não se explica a seletividade da memória. Segundo a autora:

[...] selecionamos e escolhemos o que lembramos e a lembrança, como a percepção, tem aspectos afetivos, sentimentais, valorativos (existem lembranças alegres e tristes, saudade, arrependimento, remorso). [...] também não se pode explicar o esquecimento, pois se tudo está espontânea e automaticamente registrado e gravado em nosso cérebro, não poderíamos esquecer coisa alguma, nem poderíamos ter dificuldade para lembrar certas coisas e facilidade para recordar outras. (CHAUÍ, 2002, p. 128)

Além de fenômeno individual e psicológico, a memória é principalmente um fenômeno social, uma construção derivada das relações sociais estabelecidas pelos atores sociais, o que transcende o aspecto individual. Assim, Henry Rousso (2002) explica que a memória é a presença do passado e, ao mesmo tempo, é incontestavelmente da atualidade, pois é o momento atual que lança ao passado as indagações em busca de compreensão, possibilitando aos sujeitos que narram, uma reconstrução constante de si, e do universo que habitam. As memórias constituem-se “[...] um elemento essencial das identidades, da percepção de si e dos outros” (ROUSSO, 2002, p. 95).

Rousso (2002) fala ainda da memória como reconstrução psíquica e também intelectual que traz ativamente uma representação seletiva do passado e esse passado não é apenas daquele que recorda, mas também do coletivo no qual o recordador fez/faz parte. Por essa razão, as memórias são componentes absolutamente necessários na (trans)formação das identidades dos sujeitos, das percepções de si e dos outros, daqueles com os quais conviveram ao longo de suas vivências em contextos sociais distintos. Aí tornar-se-ão experiências de vida porque as memórias compartilhadas através das narrativas possibilitam àqueles/as que narram realizar um trabalho sobre si mesmos. Desse modo, é possível pensar que contamos uma história pessoal, atravessados pelas histórias sobre nós mesmos que nos são narradas.

A memória, compreendida conforme Eclea Bosi (1997), não é sonho, é trabalho: uma operação realizada no presente que suscita indagações. O que tenho aprendido ao longo da pesquisa com a realização das leituras do referencial teórico e do trabalho no acervo de entrevistas, e que parece pertinente mencionar, é que o passado não se presentifica como de fato aconteceu, e o pesquisador que trabalha com documentos orais deve ter o cuidado de realizar um trabalho de reflexão, de localização das memórias e dos sujeitos que narram num tempo e num espaço específicos.

Para Hugo Lovisolo (1989, p. 16), a memória validada é a que comumente

reconhecemos como histórica e coletiva, pois se repete e é de significativa importância para o sentimento nacional, para a consciência de classe, para a consciência étnica ou das minorias. A memória coletiva, segundo o autor, firma-se como leitura seletiva pelo fato de esquecer e lembrar no mesmo movimento. Desse modo, o autor afirma que a memória histórica se nos apresenta idealmente como âncora e plataforma:

Como âncora, possibilita que, diante do turbilhão da mudança e da modernidade, não nos desmanchemos no ar. E, na condição de plataforma, permite que nos lancemos para o futuro com os pés solidamente plantados no passado criado, recriado ou inventado como tradição. (LOVISOLO, 1998, p. 16-17)

No entanto, paradoxalmente, a memória é ainda criticada ao se mostrar inflexível com o esquecimento. Chegar às verdades por si mesmo, eis a reinserção da pedagogia moderna, afirma Lovisolo, pois esta se encontra mais preocupada em entender o *como* o aluno aprende ou gera suas apreciações do que com o conteúdo das mesmas.

Maurice Halbwachs (2006) identifica na memória a função de reforçar a coesão social, não pela coerção, mas pela “adesão afetiva”, ao proporcionar ao indivíduo o sentimento de pertencimento a um determinado grupo que compartilha memórias, o que ele chamou de “comunidade afetiva”. Essa coesão é obtida, segundo ele, através dos quadros sociais da memória, mecanismos através dos quais os valores são compartilhados pelos diversos grupos sociais. Segundo afirma Jean Duvignaud (2006), no prefácio que escreveu para o livro de Halbwachs (2006):

[...] a memória individual existe, mas está enraizada em diferentes contextos que a simultaneidade ou a contingência aproxima por um instante. A rememoração está situada na encruzilhada das redes de solidariedades múltiplas em que estamos envolvidos. Nada escapa à trama sincrônica da existência social *atual*, é da combinação desses diversos elementos que podem emergir aquela forma que chamamos lembrança, porque a traduzimos em uma linguagem. (HALBWACHS, 2006, p. 12)

É através da linguagem que as narrativas vão ganhando sentido em relação a um grupo do qual o sujeito que narra faz/fez parte, porque pressupõe um evento real vivido outrora em comum, depende do contexto de referência no qual atualmente transitam o grupo e o indivíduo que o atesta. Durante o trabalho no acervo, ocupo-me em ouvir atentamente as narrativas, percebendo através delas que as memórias individuais ligam-se ativamente à memória coletiva, social.

2. O trabalho com entrevistadas

Uma entrevista pode representar a oportunidade para as pessoas falarem sobre si, pensarem sobre suas vidas ao longo de suas histórias, sobre suas escolhas e seus projetos.

Falar de si e sobre si, torna-se a circunstância apropriada para que os narradores expressem o sentido de sua existência. O momento de realização da entrevista é um momento que exige preparação prévia: tanto por parte de quem lança as indagações (aquele/a que entrevista), quanto por parte daquele/a que as responde (o/a entrevistado/a). Assim, que memórias de seu passado os sujeitos professores em situação de entrevista de pesquisa selecionaram para narrar? Sendo a memória trabalho, conforme sugere Eclea Bosi (1997), que espaço de autonomia no trabalho de recordar os professores realizaram sobre si mesmos? Considerando sua inserção no universo da docência, que sentidos atribuíram à sua participação no mundo social que fazem parte?

Sob o aspecto ético, as perguntas feitas aos entrevistados durante uma entrevista deverão ser breves e evidenciar que o mais importante são as descrições realizadas ao respondê-las. Segundo Montenegro (1991), o caráter das perguntas deve ser descritivo evitando qualquer tipo de indução da resposta ou mesmo, juízo de valor. Uma entrevista não deve sofrer a interferência do/a entrevistador/a. O mais importante durante a entrevista é que o/a entrevistador/a saiba ouvir.

Em se tratando do primeiro encontro com o/a entrevistado/a é importante que ocorra uma conversa de esclarecimento para que se compreenda *por que, para que e para quem* ele/ela estará narrando aspectos de sua vida. Após a concordância do/a entrevistado/a em participar do trabalho, pode-se haver o preenchimento de uma ficha com o nome completo do/a entrevistado/a, bem como a data e o local de seu nascimento, endereço atual e a data da realização da entrevista. Será necessário contextualizar o/a entrevistado/a no interior da pesquisa que se realiza, e essas informações serão bastante úteis. (MONTENEGRO, 2001)

Ouvindo as entrevistas do acervo da ITEC, é possível perceber que durante sua realização acontece um trabalho de manutenção das memórias, através da narrativa articulada dos/as entrevistados/as. Conforme indica Michel Pollak (1992, p. 206), um trabalho de organização é realizado no momento da entrevista e os/as entrevistados/as passam a revalorizar sua própria história num processo de construção e reconstrução de suas identidades.

Ao longo da realização de uma entrevista, pode-se perceber a atualização de vivências do passado através de uma reorganização das memórias em espaços e ações que fazem parte do cotidiano dos/as entrevistados/as, o que permite inferir que os sujeitos recordam (ou

selecionam para narrar), os aspectos que julgam significativos em suas trajetórias, seja de modo positivo ou até mesmo negativamente, o que lhes permite atribuir sentidos ao vivido. Em alguns casos é possível observar que algumas situações vividas que não foram tão satisfatórias, aparecem nas narrativas, sob novo desenho e nova cor, e assim, matizes positivos são conferidos a essas vivências. Assim, é possível pensar que as histórias de vida vão constituindo-se como experiências, pois há uma relação direta entre o vivido, no pretérito, e o narrado, no presente. A vida se faz história, história-experiência.

3. As narrativas de memórias

Janaína Amado (1997, p. 135), afirma que as narrativas, mediadas pela memória, permitem que os informantes reelaborem suas vivências individuais e coletivas. A dimensão simbólica das entrevistas não lança luz diretamente sobre os fatos, mas permite aos historiadores rastrear as trajetórias involuntárias das lembranças e associações de lembranças, possibilita também que se compreendam os diversos significados que alguns indivíduos e grupos sociais conferem às experiências vividas. Não é possível negligenciar ou ignorar essa dimensão. Assim, a lembrança é uma reconstrução do passado com o auxílio de dados tomados do presente, por empréstimo, e, além disso, como afirma Halbwachs (2006), preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora ao manifestar-se vai sofrendo alterações. O que, de alguma maneira, remete às considerações de Marilena Chauí ao prefaciar o livro de Ecléa Bosi (1997), quando a autora destaca que o modo de lembrar é individual tanto quanto social. O grupo transmite, retém e reforça as lembranças, mas o recordador, ao trabalhá-las, vai, paulatinamente individualizando a memória comunitária e, no *que* lembra e no *como* lembra, faz com que fique o que signifique.

No momento em que a representação seletiva do passado vai aparecendo nas narrativas de memórias dos sujeitos que rememoram, é possível perceber sua inserção em um contexto social, coletivo. Desse modo, Halbwachs (2006), afirma que toda memória individual é também social (coletiva). O ato de relembrar insere-se nas possibilidades múltiplas de elaboração das representações e de reafirmação de identidades múltiplas. O que, de alguma maneira, remete à afirmação de Norbert Elias (1994, p. 9): “[...] a relação da identidade-eu com a identidade-nós do indivíduo não se estabelece de uma vez por todas, mas está sujeita a transformações muito específicas”. Segundo Elias, em virtude da arraigada interdependência dos papéis desempenhados individualmente, as ações de muitos indivíduos diferentes, especialmente na complexa sociedade em que vivemos, necessitam estar

ininterruptamente vinculadas, formando longas cadeias de atos, para que seja possível que os indivíduos cumpram sua finalidade. Dessa maneira,

[...] cada pessoa singular está realmente presa; está presa por viver em permanente dependência funcional de outras; ela é um elo nas cadeias que ligam outras pessoas, assim como todas as demais, direta ou indiretamente, são elos nas cadeias que as prendem. Essas cadeias não são visíveis e tangíveis, como grilhões de ferro. São mais elásticas, mais variáveis, mais mutáveis, porém não menos reais, e decerto não menos fortes. (ELIAS, 1994, p. 23)

Norbert Elias (1994), afirma que os indivíduos estão ligados por uma relação de interdependência das funções que desempenham na sociedade. Para o autor, há uma rede de funções que as pessoas desempenham umas em relação às outras, de modo que as vivências individuais, socialmente contextualizadas, serão vivências coletivas. Assim, pode-se pensar que a vida social na perspectiva de Elias será sempre tributária da *relação*.

Em Walter Benjamin (1994), as vivências experimentadas pelos atores sociais, individualmente, não devem ser desprezadas (*Erlebniz*). Há ainda uma operação que o sujeito realiza sobre si mesmo, que constitui o caráter primordial da experiência (*Erfharung*). Não se trata de um ensimesmamento, mas, sim de um trabalho sobre si que o impele à atuação. Esse trabalho do sujeito *sobre si* do qual fala Benjamin, aproxima-se da discussão de Judith Revel (2011), estudiosa de Foucault, para quem o sujeito está em processo constante de atualização. Não é uma identidade em essência.

Em Benjamin, aparece a distinção entre a narrativa e o romance. Em se tratando do romance, o autor afirma que sua origem é o indivíduo isolado, “[...] que não pode mais falar exemplarmente sobre suas preocupações mais importantes e que não recebe conselhos nem sabe dá-los” (BENJAMIN, 1994, p. 201).

No que diz respeito à narrativa, o autor afirma que uma das características de muitos narradores natos é o senso prático: “O narrador retira da experiência o que ele conta: sua própria experiência ou a relatada pelos outros. E incorpora as coisas narradas à experiência dos seus ouvintes” (BENJAMIN, 1994, p. 201). É possível identificar dois aspectos distintos presentes no que se refere à experiência em Walter Benjamin. Um deles diz respeito à possibilidade de narrar, ou seja, de transmitir/comunicar a experiência, e o outro aspecto, diz respeito à impossibilidade da narrativa. Segundo ele, a narrativa,

[...] tem sempre, em si, às vezes de forma latente, uma dimensão utilitária. Essa utilidade pode consistir seja num ensinamento moral, seja numa sugestão prática, seja num provérbio ou numa norma – de qualquer maneira, o narrador é um homem que sabe dar conselhos. (BENJAMIN, 1994, p. 200)

Se por um lado, a experiência está atrelada à transmissão, ao ato de contar, repartir, comunicar, falar sobre, ensinar/aconselhar através da narrativa, por outro, há um calar-se, uma mudez, um silenciar, porque algumas experiências não podem ser expressas por palavras ou sons: são incomunicáveis. É o caso dos combatentes que voltavam emudecidos dos campos de batalha, empobrecidos de experiência comunicável. Aquela vivência testemunhada por eles os emudecera. Embora os soldados tivessem vivido/sofrido, tivessem passado por uma transformação com a experiência da guerra, esta teria sido algo de tão terrível que não houve possibilidade de transformá-la em linguagem. No que se refere às situações de guerra, é possível pensar também, no que era permitido ser narrado, em meio à efervescência política da volta dos campos de batalha. O que era conveniente ser dito, ou silenciado. Há então na experiência, sob a perspectiva benjaminiana, uma dimensão que é narrável, se posso assim considerar, e outra, que é inenarrável. Dependerá das circunstâncias, ou ainda dos ares favoráveis, das conveniências do momento histórico vivido, pois como o autor afirma:

A verdadeira imagem do passado perpassa, veloz. O passado só se deixa fixar, como imagem que relampeja irreversivelmente, no momento em que é reconhecido. [...] Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo “como ele de fato foi”. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento do perigo. (BENJAMIN, 1994, p. 224)

Há que se considerar a materialidade densa das práticas que compõem as relações de força, bem como a materialidade da violência (ainda que seja apenas simbólica) da vigilância, tomando de empréstimo o questionamento de Flávia Birolli (2008, p. 122), em que consistiria, a experiência de que o que se diz é insuficiente ou não pode ser dito em um presente que é saturado de palavras? O questionamento da autora segue as sendas abertas por Michel Foucault (1990), que chama a atenção para *aquilo que é possível dizer*.

Em Sarmiento (1994), aparecem as funções das narrativas, que, para este autor, realizam-se num quadro retórico, que é importante que se faça reconhecer no esforço metodológico necessário para delas destacar as formas dinâmicas em que tais funções acontecem. O autor sugere uma readaptação das contribuições de Elbaz (1991, *apud* SARMENTO, 1994) no que se refere a um conjunto de *dimensões* das narrativas, as quais correspondem “a outras tantas chamadas de atenção” sobre os pontos a serem considerados no momento de interpretação desse tipo de material empírico. Dentre os pontos apresentados por Sarmiento (1994), destaco um que parece relevante mencionar: as narrativas normalmente encerram uma moralidade ou lição final, mesmo se apenas implícita, que lhes dá uma dimensão ética e as filia em valores sociais e coletivos. Assim, a concepção do autor no que se

refere a essa dimensão utilitária presente na narrativa, parece aproximar-se de Walter Benjamin.

Os sentimentos acompanham as lembranças, e as memórias estão entre um movimento constante de aparição e desaparecimento. Ainda que seja dessa maneira, segundo afirma Myrian Santos (2003), “[...] a memória, por mais adjetivos que encontre no seu caminho [...] resiste às reduções realizadas e é justamente este o desafio que ela nos traz” (p. 14). Segundo afirma Diana Vidal (1998, p. 10), o reconhecimento dos imperativos do presente na construção das narrativas de memórias e o próprio dinamismo do recordar lançam o desafio de refletir sobre a memória como um artefato histórico.

4. Finalizando, sem concluir

Trabalhar com narrativas exige que compreendamos o contexto de sua produção como documento de análise para a pesquisa em história da educação. Analisar narrativas é descobrir que é na história vivida por mulheres e homens que as memórias narradas se apóiam. Desse modo, considerar as narrativas como objeto privilegiado de análise significa estar atento às sensibilidades, às percepções, às leituras de mundo, aos sentimentos daqueles/as que narram.

Falar de memórias é, muitas vezes, irromper em caminhos de dor, de fracassos, de prazer, de lutas, de encontros, desencontros, perdas, conquistas, frustrações, alegrias, enfim, trabalhar com memórias, problematizando-as, analisando-as, é lidar com a vida em sua mais significativa pulsão. É descobrir que o/a depoente que narra, não revive o passado trazendo intactas as memórias de um acontecimento, apenas materializa em discurso suas reminiscências, construindo (re)elaborações sobre o passado. Ou conforme já foi dito anteriormente, o passado é construído a partir de preocupações e situações presentes.

Ao narrar acontece um refazer-se e em entrevistas realizadas mais de uma vez, enfocando um mesmo evento, pode-se observar que as narrativas não são iguais, considerando que os lugares, as percepções e os sentimentos, bem como os sentidos que os sujeitos vão atribuindo às suas vivências vão se modificando com o passar dos tempos, pois as narrativas são construídas socialmente; ao longo de vivências coletivas, de inserções em grupos sociais diversos e de experiências: de trabalho, familiares, de alegrias, dores, insucessos, vitórias, aspirações, medos e esperanças. Os narradores constroem suas reminiscências no momento mesmo de realização da entrevista. Selecionam o que merece ser mencionado e o que deve ser ocultado, ou não revelado. Como afirmam Maria Stephanou e Maria Helena Camara Bastos (2009), “[...] por seu caráter fluido e por ser composta de lembranças e esquecimentos, a

memória não tem compromisso com a crítica” (STEPHANOU, BASTOS, 2009, p. 416-429). A crítica estará a cargo daquele/a que analisará as memórias produzidas e transformadas em documento.

Em se tratando do acervo de narrativas orais investigado, parece haver, ainda que implicitamente, uma tendência em conceber que os depoimentos coletados, possam constituir-se como fragmentos da história da educação do município, e que uma vez reunidos, constituirão a história da educação do lugar. Ao revisitar as narrativas, sob a perspectiva do referencial teórico aqui analisado, pode-se inferir que as narrativas, por si só, não podem ser consideradas como a memória da educação do município em questão. Elas poderão sim, constituídas como fontes para a pesquisa em história da educação, auxiliar na construção de determinadas leituras de realidades do passado por intermédio da *história* que, sendo uma operação intelectual, como consideram Stephanou e Bastos (2009), possibilita que determinadas inteligibilidades do passado sejam produzidas.

Referências

- AMADO, Janaína. *O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em história oral*. Projeto História. Revista do Programa de Estudos-Pós-Graduados em História e do Departamento de História/PUC/SP. São Paulo. n° 15. 1997. p. 125-136
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 7. ed., São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras escolhidas v. 1)
- BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade. Lembranças de Velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2002.
- CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. 12. ed. 6. impressão. São Paulo: Ed. Ática, 2002.
- DEL PRIORE, Mary. *História das mulheres no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004.
- DUVIGNAUD, Jean. In: HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006. Prefácio. p. 7-16
- ELIAS, Norbert. *A Sociedade dos indivíduos*. Tradução, Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1994.
- FOSTER, Jonathan K. *Memória*. Tradução Camila Werner. Porto Alegre: L&PM, 2011.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução, Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 4. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

LOVISOLO, Hugo. *A memória e a formação dos homens*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 16-28.

POLLAK, Michael. *Memória e Identidade Social*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

ROUSSO, Henry. *A memória não é mais o que era*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos e abusos da história oral*. 5. Ed. Rio de Janeiro: Ed.FGV, 2002. p. 93-101.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. *Memória Coletiva e Teoria Social*. São Paulo: Annablume, 2003.

SARMENTO, Manuel Jacinto. *A vez e a Voz dos Professores. Contributo para o Estudo da Cultura Organizacional da Escola Primária*. Coleção Escola e Saberes. Vol. 2. Portugal: Porto Editora Ltda, 1994.

STEPHANOU, Maria; BASTOS; Maria Helena Camara (Orgs.). *Histórias e Memórias da Educação no Brasil. Vol. III – Século XX*. 3. Ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

STEPHANOU, Maria; BASTOS; Maria Helena Camara. *História, Memória e História da Educação*. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS; Maria Helena Camara (Orgs.). *Histórias e Memórias da Educação no Brasil. Vol. III – Século XX*. 3. Ed. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 416-429.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história*. 4. ed. rev. Tradução de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. Brasília: Ed.UNB, 1998.

VIDAL, Diana Gonçalves. *A fonte oral e a pesquisa em História da Educação: algumas considerações*. Educação em Revista, Belo Horizonte, n° 27, jul/1998.